

ANO DA UNIDADE NACIONAL PARA A ALTERNÂNCIA DO PODER

JORNAL O GALO



MPLA ESTÁ DESESPERADO



Sob o comando de João Lourenço, o MPLA continua a utilizar todos os meios para marginalizar Adalberto Costa Júnior, líder da UNITA e principal rosto da oposição em Angola. A máquina do regime aposta na censura, na perseguição judicial e na propaganda para desgastar sua imagem, tentando deslegitimar a única figura política capaz de desafiar sua hegemonia. No entanto, a história ensina que quem nasceu para libertar não pode ser sufocado por quem governa através da repressão. A resistência contra a ditadura narrativa imposta pelo MPLA é mais do que uma luta partidária—é um dever nacional.

DISCURSO DE CUMPRIMENTOS DE ANO NOVO

- 1. Digníssimos Senhores Coordenadores Adjuntos da Frente Patriótica Unida (Abel Chivukuvuku, Filomeno Vieira Lopes, Francisco Viana);
- Excelentíssimos Senhores Vice-presidentes da UNITA, Dra. Arlete Leona Chimbinda e Simão Albino António Dembo;
- Membros da Direcção da UNITA;
- Mui Ilustres Membros do Corpo Diplomático;
- Prezados Representantes de Partidos Políticos;
- Digníssimos Membros das Organizações da Sociedade Civil, Autoridades Religiosas e Autoridades Tradicionais;
- Caros Jornalistas;
- Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queiram antes de mais aceitar as nossas mais cordiais saudações. Permitam-me também agradecer a todos a Honra da Vossa presença. Tem sido um bom hábito iniciarmos um Novo Ano partilhando visão e desafios, numa persistente busca de um país que seja cada dia melhor, para todos. Este encontro tem lugar no último dia do mês de Janeiro, fértil de ocorrências que nos convocam, exatamente, para a busca de sinergias coletivas, capazes de encontrar soluções para a fome, para a educação, para a saúde com ênfase no surto da cólera, para o acesso à água para todos, para o diálogo institucional construtivo, para o fortalecimento da unidade nacional, para a inversão da constante perda do valor do kwanza, perturbador da estabilidade das famílias e das empresas. Este mês de Janeiro também nos apela à premência do fortalecimento das instituições, nomeadamente à urgente recuperação do papel central da Assembleia Nacional, colocada ao serviço da Nação, fiscalizando e reformando, buscando consensos, infelizmente há muito esquecidos. Janeiro também nos mostrou quão urgente a recuperação do edifício judicial, todo ele, porque um país sem justiça não é um país com futuro.

Janeiro mostrou-nos os perigos do crescimento da instabilidade na nossa região, África Austral e também na região Central, resultando uns da desgastada fórmula da preservação do poder a qualquer preço, mesmo sem legitimidade do voto do soberano; outros resultantes da exploração de recursos minerais raros e de uma nova geo estratégia que se define nos últimos tempos. As Nações Unidas e as sedes do direito internacional devem reflectir, com especial atenção, para os golpes institucionais que se estão a tornar prática comum em África e não só. A Venezuela e Moçambique são os mais recentes exemplos destes expedientes, com as consequências dramáticas que todos conhecemos. Nos dois casos governos ilegítimos tomaram posse perante silêncios comprometidos de quem observou manipulação grosseira das eleições. Nós esperamos que estes procedimentos recebam da comunidade internacional, nomeadamente daqueles que representam países democráticos, sanções e não reconhecimento dos governos saídos de eleições não democráticas, e não transparentes.

Os golpes institucionais causam os mesmos efeitos dos golpes militares. Uns quase sempre causam mortes, instabilidade, danos económicos, incertezas. Os outros também causam mortes, muitas vezes não declaradas, instabilidade, retrocesso económico, incertezas. Todos eles são agressões à ordem constitucional. Os grandes lagos são hoje uma enorme preocupação. Conhecemos bem as causas e a complexidade da situação. Os riscos de se passar à dimensão de um conflito regional, com possível envolvência indirecta das potências tecnológicas internacionais, são enormes. Reiteramos aqui o nosso apelo para que as Forças Armadas Angolanas não sejam envolvidas no conflito e que a Constituição da República seja escrupulosamente respeitada caso se pense no envio de soldados angolanos para fora das nossas fronteiras.

O nosso continente carece de um forte investimento no fortalecimento das instituições continentais e regionais. Refiro-me nomeadamente à União Africana, cuja Conferência dos Presidentes, precisa de partilhar a sua soberania com o Parlamento Pan-Africano que representa os Povos de África e com o início do funcionamento da Corte Africana dos Direitos e dos Povos, que infelizmente encontram imensas limitações no seu funcionamento. Nós assistimos a um excesso de poderes concentrados na Presidência da União e também uma quase absoluta inexistência de poderes, nas restantes instituições de representatividade relevante. Importa aqui voltar a referir que a África Austral é a única das 5 regiões continentais, que não possui um Parlamento Regional permanente (por culpa dos Presidentes da República, que recusam até hoje a materialização deste Parlamento Regional. O resultado é a não adopção da legislação aprovada no PAP pelos parlamentos dos países da região. Esta a razão de por exemplo, Angola ter uma Lei Eleitoral, não democrática, porque a Lei Eleitoral aprovada no Fórum parlamentar da SADC é apenas hoje uma Lei Modelo. Partilho assim, alguns dos motivos dos nossos atrasos na locomotiva do desenvolvimento e dos Direitos de cidadania e os atropelos à legitimidade política que vão ocorrendo) , dia a dia. Perante a multiplicidade e a dimensão dos desafios, nós todos, repito “nós todos” somos convocados. A sociedade e todos os seus quadros, devem participar no desafio de “todos juntos buscarmos soluções para os diferenciados quadrantes, fiscalizando e pressionando para uma governação responsável e transparente, exigindo bons serviços da parte de todos os servidores públicos”.

Só com a real participação dos cidadãos na vida pública e só com democracia participativa, poderemos realizar Angola. Só com a concretização das autarquias locais, Angola poderá satisfazer as necessidades e as exigências das suas populações. O que diferencia as sociedades e os países que apanham a locomotiva que segue na vanguarda, a do desenvolvimento e que prestam serviços relevantes às suas comunidades, dos outros que se debatem com falta de liberdade, com extrema censura nos órgãos de comunicação pública, com a inexistência de um Estado de Direito Democrático,... o que diferencia, é a existência de uma sociedade civil vibrante e participativa, ou a ausência desta Sociedade Civil vibrante e participativa.

Este ano, comemoramos 50 Anos de Independência, muito aquém do estádio por todos sonhado e nem a guerra pode justificar as nossas dificuldades. A má conjunto governação, a recusa em efectuar reformas, a corrupção, a falta de vontade política são as grandes causas. Podemos perguntar: a UNITA está a fazer o seu trabalho? Eu quero afirmar que estamos SIM! E pagamos o preço por estarmos a fazê-lo. Temos caminhado pelos municípios no interior do país e por outros municípios aqui bem perto. Constata-se em praticamente todos eles a inexistência de dinâmica económica e de desenvolvimento. Temos trabalhado com as organizações da Sociedade Civil. Estamos a levar ao

Parlamento um conjunto de iniciativas legislativas que reponham os referentes democráticos retirados da Lei Eleitoral, da lei da Comissão Nacional Eleitoral, do pacote de Leis da Comunicação Social, da Lei dos Partidos Políticos, da Lei de Terras, entre várias outras, que foram alteradas para servir a perpetuação do regime actual no poder. Os que interpretam a governação dão-nos sinais claros de indisponibilidade para as reformas que todos esperam. Nós já chegamos à conclusão que só com a alternância do poder político poderemos realizar as reformas urgentes que o país carece e cito-as:

- a revisão da Constituição, com a reposição da eleição directa do Presidente da República, de modo a responsabilizá-lo e a obrigá-lo a responder pessoalmente na Assembleia Nacional, sempre que o país através dos seus eleitos, acharem necessário;
- a despartidarização das instituições públicas;
- a reforma da administração pública;
- a reforma da Justiça, de modo a que deixemos de sentir-nos ameaçados pela instrumentalidade recorrente e a regularidade com que se violam as leis e os direitos cívicos e políticos de todos nós;
- a realização das autarquias locais (atrasadas em relação à Moçambique e Cabo Verde, a mais de 30 anos).



E quero aqui afirmar que estamos à altura de respondermos “Pronto”, às reformas. Estamos prontos para uma governação com todos. Estamos prontos a abater os muros de interesses pequenos, individuais, partidários e elevarmos bem alto o interesse nacional, porque na verdade este país tem tudo o que precisa para vencer os seus desafios.

Este país com uma governação capaz de pensar país, pode proporcionar aos Angolanos e aos parceiros internacionais muitíssimo mais do que as ínfimas realizações de hoje.

A ampla frente para a alternância democrática em Angola, liderada pela UNITA, que materializou a nossa moção de estratégia adotada pelo Congresso em 2019 e reafirmada em 2021, foi materializada sob a Frente Patriótica Unida e foi um amplo sucesso.

Nós temos vindo a propor a necessidade de aproveitar os 50 Anos de Independência para realizar balanços dos Ganhos e das Perdas, para criar consciência do caminho que devemos trilhar, para termos incremento dos ganhos e melhorarmos o percurso do futuro. Infelizmente o programa das Comemorações tem um excesso de espectáculos, de festas, de despesismo desnecessário e nenhum debate na Assembleia Nacional.

Não posso deixar de reafirmar com satisfação o visível crescimento de maturidade no seio da sociedade civil, no seio das organizações profissionais, que nos vão mostrando terem pensamento próprio e mostrarem vontade de serem partícipes activos dos destinos do país. Este ano a UNITA realizará o seu XIV Congresso Ordinário e entre outras questões debaterá o modelo que nos levará às eleições de 2027. Congresso Democrático e Congresso Plural, um compromisso que os angolanos se habituaram a constatar, pois para nós o Patriotismo, a Democracia, o Respeito pelos Direitos Humanos, a Liberdade, a Justiça Social, a Solidariedade, a integridade, a Dignidade e a Subordinação da política à Ética, constituem valores políticos inalienáveis, aos quais todos nós estamos subordinados e estamos firmemente decididos a transportá-los para a política nacional e para a boa Governação.

Presidente Adalberto Costa Júnior

O COMITÉ PERMANENTE DA COMISSÃO POLÍTICA DA UNITA REUNIDO NA SUA XIV SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2025, NO COMPLEXO SOVSMO, EM VIANA-LUANDA SOB ORIENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO PARTIDO, SENHOR ADALBERTO COSTA JÚNIOR, PARA ANALISAR OS ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS OCORRIDOS NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO, TORNA PÚBLICO O SEGUINTE:

1. Denunciar com veemência todos os esforços tendentes a mergulhar o nosso país na instabilidade, seja em nome de que interesse for.

2. Condenar os que na sua permanente ânsia de perpetuar-se no poder são capazes de fabricar golpes de Estado como as encenações apresentadas recentemente nos órgãos de comunicação social do Estado com desrespeito ao princípio do contraditório, a presunção de inocência, com violação dos mais básicos direitos de cidadania com o objectivo de manipular as mentes e condicionar o comportamento colectivo dos membros da sociedade que se pretende plural. Sempre com os velhos fantasmas de expôr e combater as lideranças da oposição usando o terrorismo do Estado.

3. Recordar aos angolanos que para atingir os seus objectivos, o regime angolano habituou-nos à invenção de cenários de golpes de estado, a exemplo: do 27 de Maio de 1977 que teve como consequência a morte de dezenas de milhares de cidadãos angolanos; os massacres de 1992 e a sexta-feira sangrenta de 1993, também com morte de outros milhares de angolanos, a prisão do então chefe dos serviços de informação externa, em 2007, as centenas de mortes ocorridas no Monte Sumi, contra uma Seita religiosa, a não ida à Assembleia Nacional do então Presidente da República, em 2015, e do caso dos quinze mais duas (15+2).

4. Saudar as lideranças da sociedade civil, igrejas e instituições socio-profissionais e demais actores pela maturidade evidenciada na denúncia da instrumentalidade e no grosseirismo com que agentes do partido de regime infiltrados nas instituições têm pretendido manipular a opinião pública com vista a eternizar a actual governação e os privilégios pessoais e de grupo decorrentes deste exercício.

5. Denunciar, mais uma vez, o regime de censura instalado no seio dos órgãos de comunicação social do Estado e nos jornalistas que neles trabalham. Outrossim, exigir que as actividades realizadas pelas forças políticas na oposição e as opiniões dos seus líderes façam parte da pauta informativa.



6. Exortar a Organização das Nações Unidas, a União Africana e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos a trabalharem no sentido de restabelecer a paz naquela região conturbada, por décadas de conflitos cíclicos mal resolvidos e acudir o drama humanitário.



7. Advertir, especialmente, o titular do poder Executivo no sentido de que na eventualidade da necessidade de envio de um contingente das Forças Armadas Angolanas - FAA, à República Democrática do Congo, o mesmo se faça no estrito respeito da Constituição da República de Angola.

FUNCIONÁRIOS DA AGT DESVIARAM 7 MILHÕES KWANZAS

A recente detenção de três altos funcionários da Autoridade Geral Tributária (AGT) pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) lança mais uma sombra sobre a administração pública angolana. O esquema fraudulento envolvendo reembolsos ilegais de IVA, que resultou no desvio de 7 milhões de kwanzas, expõe não apenas falhas no sistema fiscal, mas também a persistência da corrupção em setores estratégicos do Estado.

Os detidos, ocupantes de cargos de relevância na estrutura da AGT, são acusados de acesso ilegítimo a sistemas de informação, falsidade informática, associação criminosa e peculato. Segundo o SIC, a rede criminosa aproveitava-se das brechas no sistema de reembolso do IVA para realizar pagamentos fraudulentos, beneficiando-se da complexidade dos processos burocráticos e da falta de fiscalização interna eficaz.

Esta operação se insere num contexto mais amplo de investigações sobre fraudes fiscais em Angola, com vários agentes do fisco já detidos anteriormente e outros suspeitos em fuga, alguns deles para Portugal. O padrão de evasão após o estouro de escândalos sugere não apenas a existência de redes bem estruturadas dentro da administração pública, mas também a necessidade de cooperação internacional para recuperar fundos desviados e responsabilizar os culpados.

Casos como este só têm ocorrido sob a gestão do actual governo, refletindo uma falha estrutural que precisa ser urgentemente combatida. A transparência, a prestação de contas e o respeito pelo patrimônio público devem ser prioridades inegociáveis para qualquer administração que se proponha a governar com responsabilidade.

O caso também reacende o debate sobre a transparência e a eficiência das instituições de controle. Apesar dos esforços do governo em sinalizar um compromisso com a luta contra a corrupção, a frequência de novos escândalos demonstra que os mecanismos de prevenção ainda são insuficientes. Sem um sistema robusto de auditoria e mecanismos de accountability que transcendam ações punitivas pontuais, casos como este continuarão a surgir, minando a confiança da população nas instituições públicas.

A prisão dos envolvidos é um passo necessário, mas a verdadeira batalha contra a corrupção fiscal só será vencida quando a prevenção superar a repressão. A sociedade angolana merece um sistema tributário transparente, eficiente e livre de conluios que perpetuam desigualdades e comprometem o desenvolvimento do país.

O ESCÂNDALO DA SUBTRAÇÃO DE RECEITAS ARRECADADAS PELA AGT DO TESOURO DO ESTADO , SÓ RIVALISA COM O PAGAMENTO A FUNCIONARIOS FANTASMA NO CASO LUSSATY , EMBORA TENHA HAVIDO OUTROS . QUE VERGONHA !

Texto de Maria Luisa Abrantes

Nos Estados Unidos de América , depois do crime de homicídio , os crimes mais gravosos , são a fuga ao fisco e a violação. Imagine-se então o crime de desvio de fundos provenientes dos impostos , suados pelos contribuintes ! Daria prisão perpétua .

Em Angola os cidadãos contribuem através dos impostos , para que o Estado arrecade receita , que lhe permita cumprir com a sua função social , económica e administrativa . Porém , infelizmente , os Deputados não exercem o papel fiscalizador adequado , porque por um lado, a maioria que pertence ao Partido no poder bloqueia e , por outro lado , grande parte deles , tem fortes limitações e está aí mais para aparecer e para " verbo encher " .



Como não bastasse , o esbanjamento com aquisição de mansões para os Magistrados , Deputados , alguns membros do Executivo , viaturas de topo de gama , viagens em Primeira Classe e em Classe Executiva (1 bilhete LAD/LIS ronda os 5 milhões Kz) , há muito que se vem denunciando procedimentos anômalos da AGT . Por exemplo , a não devolução do IVA , nos termos da legislação em vigor , há duplicação de cobranças e o sistema informático está constantemente sem funcionar desde 2018 .

Num Estado de Direito , onde funcionasse normalmente a Bolsa de Valores , as ações em bolsa das empresas angolanas estariam em queda , cotadas abaixo de zero , porque já atingiram praticamente o zero .

Caso facto das empresas estratégicas do Estado terem a contabilidade com zonas cinzentas , que possivelmente não sabem como justificar , e' que faz com que as mesmas não possam ser cotadas na Bolsa . Logo , não temos uma Bolsa de Valores a funcionar de facto . É mais propaganda .

Desta forma , a falta de confiança dos credores no Estado angolano continuará aumentar, agravando as taxas de juros cada vez mais elevadas , pagas pelos actuais contribuintes e seus descendentes . Os aforradores (financiadores) , não podem confiar num país , onde desaparece dinheiro em quantidades exorbitantes dos cofres do Estado , são pagos trabalhadores fantasma , um simples Major da banda de musica da Presidência da República , tem milhões de dólares em notas novas , euros e kwanzas em casa , transfere 1 bilhão de dólares , quando o instrutivo do BNA só permitia 250 mil dólares . Era assim que queríamos que o Presidente Biden trouxesse de novo os dólares ?

É deveras humilhante , que até a nossa vizinha RDC tenha dólares nas máquinas de ATM e em Angola não haja . Que país é este , onde são mais importantes as aparências, que só beneficiam uma minoria no poder ? Se eu fosse Membro do Executivo e estivesse à frente do Ministério das Finanças , já teria pedido a demissão e se não pedisse , auguraríamos essa decisão do Executivo . A manutenção de pessoas que não controlam as instituições sob sua alçada e , que no caso da AGT (Agência Tributária) , aumenta o risco reputacional , o risco de crédito e o risco operacional do país , (porque é o coração do funcionamento do Estado) , não é benéfico para a reputação de Angola . Para ser Ministro , não basta conhecer a teoria e ler o pareceres de consultores . Para saber mandar , é preciso saber fazer , ou ter adjuntos que o saibam . O problema é que tem todos a mesma condição, porque saltaram (queimaram) etapas . Angola " Quo vadis " ? Só resta 'a Ministra das Finanças "orar " , palavra que lhe é grata , para que o SIC e a os Magistrados da PGR não consigam levar a cabo tão ingente tarefa , por falta de especialistas na matéria , como tem vindo a acontecer .

Imagem do dia



O SAQUE DA GUERRA: M23 E O JOGO GEOPOLÍTICO NA RDC

A guerra no leste da República Democrática do Congo (RDC) segue um roteiro cruel e repetitivo: milícias armadas tomam territórios, populações são massacradas, governos acusam-se mutuamente, e o Ocidente lucra. O mais recente episódio dessa tragédia tem como protagonista o Movimento 23 de Março (M23), grupo rebelde apoiado por Ruanda, que avança sobre Goma, capital de Kivu do Norte, e agora mira Kivu do Sul. Nos bastidores, as potências tecnológicas permanecem silenciosas, mas profundamente envolvidas.

A RDC é um dos países mais ricos do mundo em minérios essenciais para a indústria tecnológica. O tântalo, o estanho, o tungstênio e o ouro extraídos das minas ilegais abastecem grandes corporações globais, garantindo a produção de smartphones, laptops e outros dispositivos eletrônicos. Para os ativistas congolêses, o M23 não passa de uma ferramenta de Ruanda para saquear esses recursos e exportá-los através de Kigali, facilitando sua chegada ao mercado global sem as restrições de um Estado soberano.

A narrativa oficial de Ruanda é diferente: o conflito seria um desdobramento das tensões étnicas que remontam ao genocídio de 1994. O M23, formado majoritariamente por tutsis, justificaria sua insurgência como uma defesa da minoria contra a perseguição na RDC. No entanto, o histórico de intervenção ruandesa no leste congolês reforça as suspeitas de que os interesses minerais estão acima de qualquer discurso étnico.

A ofensiva do M23, além de ceifar vidas, escancarou a fragilidade do governo congolês. Em Goma, os soldados da FARDC abandonaram suas posições, alguns despindo seus uniformes para evitar a captura. O caos se espalhou até a capital, Kinshasa, onde protestos contra a ingerência estrangeira e a passividade do governo levaram ao ataque a embaixadas da França, Bélgica, EUA e Ruanda. Até o Brasil teve sua bandeira arrancada da embaixada.





No tabuleiro geopolítico, os interesses falam mais alto do que os direitos humanos. O envolvimento ocidental no conflito através do consumo de minerais extraídos sob sangue é um segredo de polichinelo. Em dezembro, a RDC denunciou a Apple por utilizar recursos de minas ilegais em seus dispositivos. Mas, assim como no passado, é improvável que qualquer ação concreta seja tomada.

Enquanto Goma arde e milhares fogem para salvar suas vidas, a guerra continua sendo um negócio lucrativo. Para os congolese, restam apenas duas alternativas: resistir ou ser engolidos pelo ciclo ininterrupto de saque, guerra e miséria. O que o mundo escolherá fazer diante desse massacre? Provavelmente, continuar fingindo que não tem nada a ver com isso.

Adalberto Costa Júnior representa uma esperança concreta para a transição democrática em Angola, mas essa esperança precisa ser protegida e afirmada enquanto ele ainda está entre nós. O país não pode permitir que a opressão se normalize, que a manipulação da verdade se torne rotina, nem que um estadista seja silenciado antes de ter a oportunidade de conduzir Angola a um novo capítulo. Garantir que ele tenha não apenas a chance de liderar, mas também o reconhecimento histórico que merece, é uma missão coletiva de todos aqueles que acreditam em um país livre, justo e verdadeiramente democrático.

NOTA DE CONDOLÊNCIAS

Foi com profunda dor e consternação que o Grupo Parlamentar da UNITA tomou conhecimento da triste notícia do falecimento da anciã Jacobeth Inocência Longue, ocorrido na cidade do Huambo, a 31 de Janeiro, por doença .

A Mãe Jacobeth, como era carinhosamente tratada, é Mãe do Deputado Monteiro Eliseu, do Grupo Parlamentar da UNITA.

A Mais Velha Jacobeth foi uma militante fervorosa da UNITA com vários cargos desempenhados ao longo da sua trajectória política, de que se destacam os de Secretária Provincial da Mobilização da LIMA, Secretária Provincial da Organização da LIMA, Presidente Municipal da LIMA e Secretária Provincial da Saúde do Governo Sombra da UNITA no Huambo e, até à data da sua morte, Presidente Provincial da LIMA no Cuanza Sul.

O seu desaparecimento físico deixa um enorme vazio na LIMA, no Partido e na sociedade.

Nesta hora de dor e luto, a Direcção do Grupo Parlamentar da UNITA, em nome de todos os seus Deputados, assessores, assistentes e funcionários, endereça à família enlutada e ao Deputado Monteiro Eliseu os seus mais sentidos pêsames.

Paz à sua alma.

